

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-MANANCIASIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIASIAIS

Ata da 6ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 25/06/2025 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski (T)
APTA	Cláudia Mira Attanasio (T)
Regional/URPD - Piracicaba	Vera Lúcia Pimentel Salazar (S)
APTA/SAA	Adriana Sacioto Marcantonio (T)
ASSEMAE	Marisa Emiko Kawaichi (S) Thais Regina Vicente (S)
Associação Ambiental Plantar	João José Assumpção de Abreu Demarchi (T)
CATI	Henrique Bellinaso (T)
Cooperativas de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
DAE Jundiá	Maria Carolina Hertel Dutra e Simões (T)
DAE Santa Bárbara d'Oeste	Mônica Tortelli (T)
DAEV S.A.	Daniel Maeda (T) Pedro Ferreira Steola (S)
EMBRAPA	Sandra Furlan Nogueira (S)
Fund. José Pedro de Oliveira	Cristiano Krepsky (T)
INEVAT	Michele Consolmagno (S)
IPT	Mariana Hortelani Carnesecca Longo (T) Luiz Roberto Magossi (S)
IZ/APTA	João José Assumpção de Abreu Demarchi (T)
Jaguatibaia	Luiza Ishikawa Ferreira (T)
P.M de Campinas	Juliano Braga (T) Gabriel Dias Mangolini Neves (S)
P.M. de Campo Limpo Paulista	Maria Karolina da Silva Tamberlini (S)
P.M. de Charqueada	Luis Alberto Basso (T)
P.M. de Cordeirópolis	Stephanie F. Rocha (T)
P.M de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
P.M de Indaiatuba	Dandara N. Ramos (T) Larissa S. Del Conte (S)
P.M. de Paulínia	Nara Cristina Chiarini Pena Barbosa (T)
P.M. de Piracicaba	Juliana Gonzalez Gragnani (S)
P.M. de São Pedro	Paula Gonçalves da Fonseca e Sousa (T)
PUC Campinas	Regina Márcia Longo (T)
SAA	Henrique Bellinaso (T)
SANASA	Marisa Emiko Kawaichi (S) Thais Regina Vicente (S)
SANEBAVI	Mara Letelian Leite Reis (T)

SEMIL/CFB	Jeanne Marie Garcia Le Bourlegat (T)
SIMBIOSE	Nathalia Diniz Kammer (S)
UNESP IGCE	Beatriz Leonardo da Silva (S)
UNICAMP	André Luís Sotero Salustiano Martim (T)

Membros ausentes
Entidades
Associação Ambientalista Copaíba
Cia. De Saneamento de Jundiá
CODEN
DAAE Rio Claro
Diretoria de Ensino de Bragança
Elo Ambiental
Fundação Florestal
IPEL
P.M de Hortolândia
P.M. de Itatiba
P.M. de Itupeva
P.M. de Jaguariúna
P.M. de Jarinu
P.M. de Limeira
P.M. de Torrinha
P.M. de Várzea Paulista
P.M. de Vinhedo
SABESP
SAEAN
TNC

Membros ausentes com justificativa
Entidades
P.M. de Salto

Demais Presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Camila Costa de Souza
	Diego Soares
	Fabio Coca
	Felipe Requena
	Gabriela Giusti
	Jaqueline Costa
	Kaique Duarte Barretto
	Lucecia Soares
	Nathalia Corá
	Patricia Barulfaldi
Taina Moura	
Consórcio PCJ	Priscila Marcon
P.M de Piracaia	Fernanda Cabral

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-MANANCIASIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIASIS

Ata da 6ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 25/06/2025 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

SIMBiOSE	Bruno Geraldi Martins
----------	-----------------------

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2025, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma do *Google Meet*, a 6ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-Mananciais) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 18 de junho de 2025.

### **2. Abertura da 6ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-Mananciais) dos Comitês PCJ:**

A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. João José Assumpção de Abreu Demarchi, representante do Instituto de Zootecnia da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (IZ/APTA) e coordenador da CT-Mananciais que agradeceu a presença de todos e informou a existência de quórum para o início da reunião. Após a abertura, o Sr. João Demarchi consultou os membros se poderia antecipar o item 5 da pauta, em razão do horário disponível da palestrante. Não havendo manifestações contrárias, a pauta da reunião ficou da seguinte forma: 1. Abertura; 2. Plano Municipal de Manejo Integrado do Fogo de Piracaia – Vinicius de Zorzi (TNC); 3. Informes; 4. Aprovação da minuta da Ata da 5ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais, realizada em 23/04/2025, por videoconferência; 5. Regularização Ambiental de imóveis Rurais (CAR e PRA) - Henrique Bellinaso (CATI/SAA); 6. Outros assuntos; 7. Encerramento. **3. Plano Municipal de Manejo Integrado do Fogo de Piracaia - Vinicius de Zorzi (TNC):**

A Sra. Fernanda Cabral, Assessora de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente compartilhou as ações relacionadas ao Plano Municipal de Manejo Integrado do Fogo (PMIF) de Piracaia (SP). Destacou que o plano, implementado em julho, foi elaborado em parceria com a P.M de Piracaia, Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA), The Nature Conservancy (TNC), Associação Serra do Itapetinga, Movimento pela Biodiversidade e Organização dos Setores Ecológicos (SIMBiOSE) e demais atores locais, visando a prevenção, preparação, combate e recuperação ambiental frente aos incêndios florestais no município. Destacou que o plano reconhece o fogo como um elemento natural e busca combater os incêndios descontrolados, propondo um planejamento estratégico com horizonte de 3 a 4 anos, sujeito a

revisões anuais. Informou que a construção do plano se baseou em um estudo feito pela SIMBiOSE junto com a TNC de dados históricos de 38 anos de incidência de fogo no município de Piracaia, e a promoção de oficina para identificar áreas sensíveis e recursos no território. O documento final divide o município em cinco setores, destacando a região da Represa do Cachoeira, área pertencente à Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (SABESP), com maior incidência de incêndios, ressaltando sua importância para a preservação dos mananciais. Mencionou que entre as ações já implementadas estão a realização da Semana Municipal de Conscientização, Prevenção e combate a Incêndios, com atividades educativas e oficinas para a comunidade, bem como a articulação com a Sabesp para a execução de aceiros preventivos na área da represa. Ressaltou a instalação de um sistema de monitoramento com câmeras equipadas com inteligência artificial para detecção de fumaça, que está conectado a uma sala de monitoramento na Guarda Municipal, visando agilizar a resposta e fiscalização. Destacou a necessidade da articulação contínua entre os diversos atores do município, enfatizando a importância da formação de brigadistas e a ampliação das equipes da Defesa Civil para fortalecer as ações de combate a incêndios. O Sr. João Demarchi expressou satisfação com a iniciativa desenvolvida em Piracaia, considerando uma experiência positiva que pode servir de modelo para a atualização da Política de Mananciais. Destacou a importância de incentivar ações semelhantes em outros municípios da Bacia Hidrográfica. Enfatizou a relevância da identificação rápida de focos de incêndio e apontou como um dos principais desafios a limitação de recursos financeiros para a implementação de sistemas de monitoramento eficazes. Ressaltou que os incêndios na Mata Atlântica têm, em sua maioria, origem humana. Reforçou a necessidade de incluir medidas de prevenção e controle de incêndios na atualização da Política de Mananciais. Na sequência, o Sr. Miguel Milinski, representante da Associação Amigos do Horto Rio Claro (AAMHOR) e coordenador-adjunto da CT-Mananciais sugeriu integrar os esforços entre a Área de Proteção Ambiental Corumbataí (APA Corumbataí) e a região metropolitana de Piracicaba. O Sr. Henrique Bellinaso, representante da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral Regional Piracicaba (CATI) reforçou a importância de fortalecer estruturas já existentes, como a

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 6ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 25/06/2025 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

UGP Cantareira, evitando duplicações, e explicou que a Fundação O Boticário busca potencializar ações já em andamento, sem criar projetos. Defendeu o uso da experiência de Piracaia como referência para outras regiões. Informou o encontro regional das Secretarias de Agricultura da Região Metropolitana de Piracicaba, em 27 de junho, que abordará estratégias de prevenção a incêndios, políticas públicas e metodologias inovadoras como o mapeamento de risco aplicado na Estação Ecológica Ibicatu. O Sr. João Demarchi informou que a legislação nacional sobre manejo do fogo ainda está em fase de regulamentação e enfatizou a necessidade de incluir esse tema na revisão da política de mananciais, visando proteger os investimentos feitos na restauração e conservação das áreas nativas. **4. Informes:** Na sequência, o Sr. João Demarchi passou para os informes. **4.1. da Coordenação:** Não houve informes; **4.1.1. dos membros:** não houve informes; **4.2. da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ:** A Sra. Nathalia Teles da Silva Corá, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ) deu início aos informes da SE/PCJ, sendo: **a) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** Destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento às metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2025. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do estado de São Paulo (Capacita-SigRH), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização, fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o portal ([link](#)) de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que tem seu catálogo de cursos incorporado a plataforma da Escola Virtual de Governo (EV.G). Complementarmente, orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o e-mail da Secretaria Executiva; **b) Renovação das CTs – Mandato 2025-2027:** A Sra. Nathalia informou que após a renovação da

Diretoria dos Comitês PCJ, o próximo passo é a renovação das CTs que acontecem sempre no mês de julho dos anos ímpares. A renovação das Câmaras Técnicas (CTs), que acontece a cada dois anos, será realizada entre maio e julho de 2025. Informou que a programação para esse processo consiste nos seguintes passos: **i.** abertura do processo em 22/05/25 com envio do ofício circular dos Comitês PCJ com as instruções gerais; **ii.** indicação das entidades para ingresso nas CTs ou alteração dos representantes já indicados, até 24/06/25; **iii.** Reunião on-line com todas as CTs prevista para o dia 16/07/2025 onde ocorrerão a posse dos representantes indicados, eleição/recondução da coordenação, recomposição dos Grupos de Trabalho (GTs) e da coordenação dos GTs e atualização do calendário de reuniões para o próximo mandato. Reforçou que para instituições que já participam de uma ou mais CTs, havendo interesse em permanecer como membro, sem alteração dos representantes, não haverá necessidade de envio de manifestação. Contudo, será obrigatória a participação de pelo menos um representante da entidade credenciada na reunião de posse, em 16 de julho. Caso não haja representante presente, a instituição será excluída da(s) CT(s). A Sra. Nathalia informou que todas as informações estão disponíveis no [site](#) dos Comitês PCJ; **c) Próximas reuniões da CT-Mananciais:** A Sra. Nathalia apresentou o calendário de reuniões da CT-Mananciais para o 2º semestre de 2025, destacando que a próxima reunião ocorrerá no dia 16/07/2025, às 10:30, por videoconferência. Mais informações podem ser obtidas na [agenda](#) da CT-Mananciais no [site](#) dos Comitês PCJ; **5. Aprovação da minuta da Ata da 5ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais, realizada em 23/04/2025, por videoconferência:** Na sequência, o Sr. João Demarchi informou que foi enviado aos membros, por mensagem eletrônica junto da convocação, dentro do prazo regimental, a minuta da ata da 5ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais realizada em 23/04/25, por videoconferência. Na sequência, questionou se haveria a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Abriu espaço para manifestações quanto ao conteúdo da minuta. Não havendo, submeteu aos membros para aprovação, sendo aprovada por unanimidade. **6. Regularização Ambiental de imóveis Rurais (CAR e PRA) - Henrique Bellinaso (CATI/SAA):** O Sr. João Demarchi mencionou a importância da construção ou



## CT-MANANCIASIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIASIS

Ata da 6ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 25/06/2025 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

execução dos Planos Integrados ou Individuais de Propriedades (PIPs) como base para a Política de Mananciais. Ressaltou a necessidade de avaliação individual das propriedades e da Bacia como um todo, além da preocupação com a aprovação e finalização do processo de cadastro de todas as propriedades no Cadastro Ambiental Rural (CAR), devido às sobreposições e ajustes necessários em Cadastros autodeclaratórios e antigos. Destacou que a Política busca evitar conflitos em restaurações florestais ou práticas conservacionistas decorrentes da validação do CAR. Em seguida, o Sr. Henrique Bellinaso apresentou um panorama sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR) no contexto da Política de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais, e seu papel central na Política de Mananciais. Mencionou um breve histórico da Lei Florestal nº 12.651/2012, que completou 13 anos de vigência, ressaltando os principais marcos e os entraves jurídicos que atrasaram sua implementação, especialmente pela ausência inicial de definições legais claras. Explicou que, no estado de São Paulo, a gestão do CAR passou do Sistema Integrado de Gestão Ambiental (SIGAM), da Secretaria do Meio Ambiente, para o Sistema Cadastro Ambiental Rural São Paulo (SICAR-SP), sob responsabilidade da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA). Informou que essa mudança gerou desafios técnicos e operacionais, especialmente na migração de dados. Mencionou que a maior parte dos cadastros no estado de São Paulo foi efetuada até o final de 2016, ocasionando uma defasagem temporal significativa que demanda a revisão e atualização dos dados para garantir a compatibilidade com a situação atual das propriedades. Ressaltou que o CAR se tornou necessário para transações como compra e venda, obtenção de crédito rural, mas representa apenas o primeiro passo rumo à regularização ambiental completa. Mencionou diversos problemas recorrentes nos cadastros, relacionados tanto à qualidade das informações declaradas quanto às limitações técnicas dos sistemas utilizados. Destacou a necessidade de revisão dos dados, especialmente em razão de mudanças ocorridas ao longo do tempo, como o aumento da vegetação nativa e o uso incorreto de marcos legais que os cadastros podem estar em diferentes fases do processo e reforçou a importância de os proprietários acompanharem regularmente sua situação por meio da Central do Proprietário e das Ferramentas Públicas

disponíveis no site do CAR. Explicou que os proprietários precisam monitorar periodicamente a situação de seus cadastros por meio da Central do Proprietário e o demonstrativo público do CAR. Informou que com a identificação de passivos ambientais, o sistema passa a disponibilizar a aba de regularidade, iniciando o processo de regularização. Nessa fase, o proprietário deve decidir se irá aderir ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), preenchendo o módulo IARA com informações referentes às atividades desenvolvidas, práticas de manejo e possíveis decisões judiciais. Mencionou que no Módulo de Regularização Ambiental (MRA) é feito o diagnóstico das áreas a recuperar, incluindo solo, vegetação e riscos. Esses dados embasam a elaboração do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA), com ações, metas e cronograma. Destacou que o sistema oferece sugestões baseadas no WebAmbiente, em que o PRADA é analisado por técnicos da SAA e se aprovado, resulta na emissão do Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCPRA), o qual deve ser assinado digitalmente pelos proprietários ou representantes legais, formalizando as obrigações assumidas no processo de regularização. Complementando, informou o desenvolvimento de dois novos módulos no sistema: um para retificação online, que facilitará alterações simples e reduzirá retrabalho, e outro para monitoramento digital da execução do PRADA, com envio periódico de relatórios, mantendo apenas a vistoria final como etapa presencial. Ressaltou o protagonismo de São Paulo na regularização ambiental, ao lado do Mato Grosso, com imóveis rurais regulares em conformidade com a Lei Florestal. Destacou as ferramentas disponíveis no site do CAR, como o Mapa CAR-SP, manuais técnicos, painéis por município e modelos de documentos de apoio aos proprietários. Reforçou que a implementação plena do Código Florestal ainda levará tempo, mas que avanços significativos já foram conquistados. Reforçou a importância da capacitação de técnicos municipais, informando sobre parcerias com o CREA e ações de treinamento interno da CATI, e se colocou à disposição para apoio técnico e institucional. Na sequência, o Sr. Felipe Requena, da Assessoria Ambiental da Agência PCJ questionou como os proprietários com Projeto Integral de Propriedade (PIP) validados poderiam atualizar seus cadastros no CAR. O Sr. Henrique

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-MANANCIASIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIASIS

Ata da 6ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 25/06/2025 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

explicou que os dados levantados pelo PIP são mais completos do que as bases de referência normalmente utilizadas, podendo ser aproveitados para atualizar o CAR. Destacou que as propostas de recomposição previstas nos PIPs podem servir como base para o preenchimento do PRADA, desde que se inclua um cronograma de execução no próprio sistema do CAR. Ressaltou que a constante evolução do sistema do CAR e sua operacionalização facilitarão a adesão por parte dos proprietários rurais. Mencionou que a clareza quanto à necessidade de recomposição ambiental torna a participação em projetos mais atrativa. Em seguida, a Sra. Paula Souza, representante da Prefeitura de São Pedro questionou a possibilidade da CATI oferecer treinamentos aos técnicos municipais. O Sr. Henrique Bellinaso informou que há iniciativas de parceria com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) para realizar capacitações em todo o estado, além de treinamentos internos voltados aos técnicos da própria CATI. Ressaltou a complexidade do processo de análise dos cadastros do CAR, que exige revisões por propriedade para resolver pendências. Mencionou que quanto mais preciso for o cadastro inicial, menor será o retrabalho. Na sequência, os membros discutiram a importância de aprimorar os Termos de Referência para a contratação dos PIPs, incluindo a análise prévia dos CARs e visitas presenciais às propriedades, visando integrar o trabalho ao sistema e facilitar a atuação junto aos produtores. Após as discussões, o Sr. João Demarchi agradeceu as contribuições e seguiu para o próximo item de pauta. **7. Outros assuntos:** O Sr. Miguel Milinski relatou que realizou a inscrição de um projeto nascente da UGP de Rio Claro dentro do prazo estipulado. Ressaltou que possui comprovação do envio realizado, incluindo registros do e-mail encaminhado na data correta, e solicitou que o caso fosse reavaliado. O Sr. Felipe explicou que, conforme previsto no edital, o prazo final para envio das inscrições era o dia 10, mas o material foi recebido após o dia 18. Diante disso, a situação está sendo analisada com base nas informações apresentadas. A Sra. Patrícia Barufaldi, Diretora Técnica da Agência PCJ informou que será realizada uma verificação sobre o ocorrido. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. João José Assumpção de Abreu Demarchi, coordenador da CT-Mananciais, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

João José Assumpção de Abreu Demarchi  
Coordenador da CT-Mananciais

Miguel Madalena Milinski  
Coordenador-adjunto da CT-Mananciais